

**A IMPORTÂNCIA DOS MERCADOS LOCAIS PARA PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA: ESTUDO DE UMA FEIRA NA ZONA DA MATA
DE MINAS GERAIS**

**THE IMPORTANCE OF LOCAL MARKETING FOR THE
AGROECOLOGICAL PRODUCTION: A STUDY OF A FAIR IN THE
REGION OF ZONA DA MATA, MG**

**LA IMPORTANCIA DE LOS MERCADOS LOCALES PARA LA
PRODUCCIÓN AGROECOLÓGICA: ESTUDIO DE UNA FERIA EN LA
ZONA DA MATA, MG**

Fabício Geraldo de Assis¹
Bianca Aparecida Lima Costa²
Silvia Eloiza Priore³

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso do Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar, que busca analisar a importância da constituição de mercados fundamentados em circuitos curtos de comercialização para agricultura familiar com produção agroecológica e as novas relações de produção e consumo. O estudo pode ser classificado como qualitativo e a obtenção de dados se deu por entrevistas semiestruturadas, realizadas após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no mês de novembro de 2018, durante as feiras, no seu próprio ambiente e em seu horário de funcionamento. Na visão dos agricultores(as), a feira desempenha papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia, pois é uma iniciativa capaz de impulsionar a comercialização e elevar a renda das famílias, redirecionando os sistemas de produção e o consumo para atividades mais sustentáveis.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agroecologia; Feiras Livres.

¹ Bacharel em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil. E-mail para contato: fabricaoassis.coop@gmail.com.

² Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

³ Graduação em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado e Doutorado em Ciência da Nutrição pela Escola Paulista de Medicina/Universidade Federal de São Paulo.

ABSTRACT

The present work is a case study of the solidarity yard - solidarity economy and family farming fair, seeking to analyze the importance of establishing markets based on short marketing circuits for family farming with agroecological production and the new relations of production and consumption. The study can be classified as qualitative and the results were obtained through semi-structured interviews, conducted after approval by Comitê de Ética em Pesquisa of the Federal University of Viçosa (UFV), in november 2018, during the fairs, in its own environment and opening hours. In the farmers' view, the fair plays a fundamental role in strengthening family farming and agroecology, because it's an initiative capable of boosting marketing and raising household incomes, redirecting production systems and consumption towards more sustainable activities.

Keywords: Family Farming; Agroecology; Street Fairs.

RESUMEN

El presente trabajo es un estudio de caso del “Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar”, que busca analizar la importancia de la constitución de mercados basados en circuitos cortos de comercialización para la agricultura familiar con producción agroecológica y nuevas relaciones de producción y consumo. El estudio puede ser clasificado como cualitativo y la obtención de los datos fueran por medio de entrevistas semi estructuradas realizadas después de la aprobación del Comité de Ética y Investigación de la Universidade Federal de Viçosa (UFV), en noviembre de 2018. Las entrevistas fueran realizadas en el sitio donde se realiza el mercado. En la opinión de los agricultores, el mercado tiene un papel fundamental para el fortalecimiento de la agroecología y de la agricultura familiar, ya que es capaz de impulsar la comercialización y aumentar los ingresos de las familias, redirigiendo los sistemas de producción y consumo para actividades más sostenibles.

Palabras clave: Agricultura Familiar; Agroecología; Mercados Campesinos.

INTRODUÇÃO

O sistema agroalimentar passou por mudanças significativas nos últimos 150 anos e um dos resultados desse processo foi a desconexão entre produção e consumo alimentar (SEVILLA et al., 2012). Após a intensificação e especialização agrícola que ocorreu em vários países no que ficou conhecido como “revolução verde”, a venda direta de produtos locais para alimentação passou por uma relevante transformação (DAROLT, 2013).

Ao enfrentar dificuldades relacionadas à sua inserção no mercado, um grande número de agricultores(as) tiveram que optar por trabalhar para abastecer às grandes redes varejistas, o

que provocou maior afastamento entre cidade e o campo e conduziu o modelo de produção, distribuição e consumo concentrado em circuitos longos (DAROLT, 2013).

Esta mudança fez com que crescesse o descontentamento dos agricultores(as) familiares com a organização de mercado que passou a favorecer predominantemente grandes produtores(as), e também dos consumidores(as) que têm o interesse em comprar produtos mais saudáveis, cultivados de modo sustentável, com preços mais justos e tendo conhecimento da origem e as pessoas que os produz (DAROLT, 2013).

Nesse contexto, as feiras livres se apresentam como alternativas de comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, além de estabelecer uma lógica que se opõe à das grandes redes varejistas, promovendo uma relação real entre quem consome e quem produz (DE CARVALHO; DA COSTA, 2018).

Algumas feiras de agricultura familiar comercializam especificamente “produtos agroecológicos”. A agroecologia se refere a uma compreensão da agricultura não só como atividade produtiva agropecuária, mas sim como atividade relacionada a um modelo “socialmente justo” e ambientalmente sustentável de desenvolvimento rural (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

É notória a importância socioeconômica das feiras livres, porém, pode-se notar que na maioria das vezes os trabalhos voltados às feiras possuem um caráter estritamente mercadológico, desconsiderando vários outros aspectos importantes sejam no âmbito econômico, social, cultural ou ambiental (GODOY, ANJOS, 2007).

As feiras livres são uma modalidade de comércio tradicional na cidade de Viçosa-MG. A primeira feira livre da cidade foi iniciada há aproximadamente cinquenta anos (1967) e teve como principal motivação a pouca disponibilidade de legumes e verduras no comércio local (LELIS et al, 2017). Além desta feira, existem em Viçosa-MG mais três feiras voltadas à comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, sendo elas, a Feira Agroecológica e Cultural da Viçosa, o Quintal Solidário e a Feira Noturna da cidade de Viçosa.

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso do Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar e tem como objetivo analisar a importância da constituição de novos mercados para agricultura familiar fundamentados em circuitos curtos de comercialização e as novas relações de produção e consumo, através da análise do perfil dos(as) feirantes de acordo com critérios de renda, tipo de produção e percentual de renda. A partir da comercialização na feira, foram identificados os principais desafios dos agricultores(as) familiares em relação à produção agroecológica.

Este estudo está dividido em quatro seções. Na primeira, são apresentados e discutidos os pressupostos teóricos que embasaram este trabalho. Na segunda, são apresentados os aspectos metodológicos que constituíram esta pesquisa, tais como os participantes, os instrumentos de coleta de dados e procedimentos análise. Na terceira seção, são analisados e discutidos os dados obtidos através da realização das entrevistas. E, por fim, são apresentadas as considerações finais sobre a temática em questão.

REFERENCIAL TEÓRICO

A difusão da agroecologia e suas perspectivas no Brasil

Para melhor entender o contexto que ganha força as correntes de agricultura alternativa no Brasil, deve-se primeiro analisar o processo de modernização da agricultura que ocorreu em nosso país e entendermos melhor o contexto histórico e efeitos do que ficou conhecido como “Revolução Verde”.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, um período de tensão tomou conta do mundo, o problema da fome tornava-se cada vez mais sério, fruto de uma crise econômica, social e política que vários países vinham enfrentando. É nesta conjuntura que a Revolução Verde ganhou força, com o principal argumento de reduzir a fome no cenário mundial (DE ANDRADES; GANIMI, 2007).

Segundo Neto (2014), a Revolução Verde pode ser entendida como a busca por avanços técnicos na agricultura fundamentados principalmente na elevação da produtividade. Trata-se de um modelo de produção baseado na mecanização da agricultura e no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes.

A disseminação desses sistemas modernizados agroindustriais no Brasil se deu com grande apoio e suporte do governo. Para os agricultores(as) ingressarem no novo sistema de produção se fazia necessária a realização de altos investimentos financeiros, nesse sentido, o governo criou várias estratégias em busca de sua viabilidade, oferecendo subsídios e isenções fiscais para o uso de insumos industriais, financiamentos a taxas negativas de juros, etc. (NETO, 2014).

Após a Revolução Verde, constatou-se de fato o aumento significativo da produção agrícola, porém, surgiram diversas preocupações relacionadas aos impactos provocados por esse padrão produtivo (DE ANDRADES; GANIMI, 2007).

Do ponto de vista social, o processo de modernização provocou um crescente êxodo rural, com elevação da concentração fundiária e de renda. A progressiva mecanização da agricultura foi acentuando o desemprego no campo, levando centenas de pessoas a migrar para as cidades grandes. O financiamento para modernização citado anteriormente não atingiu de forma igualitária todos os estabelecimentos agrícolas, beneficiando majoritariamente grandes agricultores(as), o que elevou a concentração fundiária e de renda (DE ANDRADES; GANIMI, 2007).

No âmbito ambiental, os impactos foram significativos. Podemos citar o desmatamento de grandes áreas que foram destinadas ao cultivo de monoculturas, utilização massiva de agrotóxicos e outros produtos químicos que culminou na contaminação das águas e do solo de diversos locais, dentre diversos outros fatores (DE ANDRADES; GANIMI, 2007).

É nesse contexto que a agroecologia ganha força na década de 1970, com a intenção de unificar diferentes movimentos de agricultura alternativa que já vinham avançando desde a década de 1920, e tendo como um de seus principais pressupostos o rompimento com estilo

convencional de agricultura que passou a ser hegemônico. Através da agroecologia, busca-se o redesenho dos sistemas de produção, retomando um sentido de produção agrícola que respeite o meio ambiente, ao mesmo tempo em que utilize seus recursos de forma inteligente (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Segundo Canuto (2017), este redesenho dos sistemas de produção, dentro de uma perspectiva agroecológica, significa incentivar a geração de benefícios provenientes da biodiversidade, como a autorregulação entre os componentes biológicos, para que eles próprios garantam a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.

A agroecologia é uma ciência que busca relacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento no intuito de propor um direcionamento para a agricultura que respeite as condições ambientais impostas pela natureza a esta atividade. Nesse sentido, o processo de produção agrícola deve estar necessariamente vinculado a um desenvolvimento social e econômico sustentável (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Feiden (2005) destaca a multidisciplinaridade da agroecologia, que busca incorporar diversos fatores de ordem social e cultural, dando importância, por exemplo, ao conhecimento tradicional das comunidades. Segundo o autor:

Ao incorporar as questões sociais e respeitar a cultura e o conhecimento local, busca preservar a identidade, os costumes e as tradições de cada povo, propiciando a conquista de direitos sociais e a melhoria da qualidade de vida dessas populações, ao invés de focar apenas a produção pela produção, esquecendo as aspirações dos homens responsáveis por esta (FEIDEN, 2005, p.66).

A agroecologia vem conquistando cada vez mais importância nas últimas duas décadas. Com relação a aspectos referentes à regulamentação da agricultura orgânica no país, através da publicação da Lei no 10.831/2003, se definiu e estabeleceu requisitos necessários para a produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica. Em 20 de agosto de 2012, através do decreto Nº 7.794, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção

Orgânica (PNAPO). Segundo Monteiro e Londres (2017, p.76), a política “é um marco histórico de grande relevância para o movimento agroecológico brasileiro”.

Niederle e Almeida (2013, p.23-24) destacam a importância desses avanços na trajetória da agroecologia no Brasil. Segundo os autores “essas mudanças têm incorrido em um rápido movimento de institucionalização da agroecologia, compreendido aqui pela conjunção entre a crescente inserção nos mercados e a formatação de um quadro específico de normas e regras de produção”.

Esses avanços trazem inúmeros benefícios especialmente para a agricultura familiar, pois fundamentam experiências como a do Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar, que acontece no município de Viçosa-MG desde 2016. Assim, têm sido gerados inúmeros benefícios econômicos e relativos à segurança alimentar e à qualidade de vida através da agroecologia, que cada vez mais se mostra um caminho para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar no meio rural (SANTOS *et al.*, 2014).

De acordo com Busarello e Watanabe (2014), as feiras são espaços de comercialização marcados por fortes características da economia solidária, visto que os agricultores(as) necessitam se unir em redes de cooperação para sobreviver às barreiras impostas por regras de mercado que contrariam instituições locais.

Dubeux e Batista (2017) destacam a relevância da construção desses mercados quanto se discute Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com as autoras, hoje em dia existe um grave problema referente ao tipo de alimentação a que tem acesso grande parte das pessoas nos mercados convencionais, assim, as feiras agroecológicas vêm garantindo o acesso das pessoas a uma alimentação saudável de um ponto de vista nutricional, assim como social e ecológico.

Para Dubeux e Batista (2017), a construção de mercados deve fundamentar-se em princípios e práticas que favoreçam a aproximação entre agricultores(as) e consumidores(as), priorizando circuitos curtos de comercialização, pois dessa forma aconteceria uma

reapropriação do mercado que se encontra atualmente nas mãos de um grande número de intermediários.

No próximo tópico são trabalhados os conceitos de circuito curto de comercialização, as principais características dos agricultores(as) que acessam tais mercados, além dos mecanismos de certificação para comercialização dos produtos como orgânicos, ferramenta de grande importância na construção desse mercado.

Circuitos curtos de comercialização: mercados para Agricultura Familiar

A agricultura orgânica e de base agroecológica tem se revelado um dos segmentos agroalimentares com maior crescimento no mundo. Quando se fala em moldes de produção mais sustentáveis deve-se salientar o domínio da agricultura familiar neste mercado (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

Segundo Darolt (2013), para se criar um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto, um dos desafios é aproximar produtores(as) e consumidores(as), e buscar estimular a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização.

De acordo com Cassol e Schneider (2015), a principal característica das cadeias curtas de produção e comercialização está associada à distância física do percurso entre os produtores primários e os destinatários finais dos alimentos, que opõe à lógica dos circuitos longos, formados por redes industriais de abastecimento que distanciam e separam cada vez mais esses atores.

Outra característica essencial dos circuitos curtos é que a comercialização dos produtos é realizada por venda direta do produtor ao consumidor ou por venda indireta por meio de um único intermediário (DAROLT, 2013).

Segundo Darolt (2013), os agricultores(as) que comercializam em circuitos curtos são predominantemente provenientes da agricultura familiar e possuem uma propriedade inferior a 20 hectares. Outra característica das propriedades agroecológicas em circuitos curtos é a

diversificação, segundo o autor grande parte dos agricultores(as) trabalha concomitantemente com sistemas vegetais e animais integrados. Mais um ponto importante a ser destacado é a maior liberdade do agricultor em relação aos circuitos longos, pois o agricultor ecológico que vende em circuitos longos, geralmente, está ligado a empresas que de certa forma influenciam sua produção.

Darolt (2013) destaca o crescimento de novas alternativas para os agricultores(as) se inserirem no mercado, como a opção de cestas em domicílio, vendas na propriedade associadas a circuitos de turismo rural, restaurantes, lojas especializadas e cooperativas de consumidores, além de vendas em lojas virtuais pela internet.

No Brasil, a maioria dos produtores(as) de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos curtos têm utilizado pelo menos dois canais de venda, sendo eles as feiras e programas de governo (DAROLT, 2013).

As feiras livres estão dentre as principais estratégias que podem facilitar o acesso a mercados. Essas experiências fortalecem não só a organização econômica, uma vez os agricultores(as) produzem e comercializam seus produtos podendo elevar sua renda, eliminando os atravessadores, como também diversos outros fatores:

Este canal de comercialização tem uma característica muito particular de interação, proporcionando a aproximação e a troca de saberes, não apenas entre o rural-urbano, mas, sobretudo do próprio rural. O “espaço-feira” tem proporcionado o conhecimento recíproco dos agricultores e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados (GODOY; ANJOS, 2007, p. 366).

Quando se fala em construção de mercados para Agricultura Familiar, cabe ressaltar o papel importante da certificação da produção para que os agricultores(as) possam comercializar seus produtos como "Orgânicos" no Brasil. No Brasil, existem diferentes formas de certificação, como a Certificação por Auditoria, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e a garantia da conformidade orgânica via Organizações de Controle Social (OCS) (SCHMITT; GRISA, 2013).

A Certificação por Auditoria é feita por uma empresa certificadora, pública ou privada, que pode ter ou não finalidade lucrativa, credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Através de inspeções e auditorias na propriedade, a certificadora visa atestar que o sistema de produção atende o regulamento da produção orgânica desde a produção até o consumo (VRIESMAN *et al.*, 2012).

O SPG é formado por produtores(as), consultores(as) e consumidores(as) e por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), habilitado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que assume o compromisso formalmente pelas atividades realizadas num SPG. Os SPG pretendem obter a maior participação possível de todos os sujeitos que possuem interesse nos processos de avaliação participativa da conformidade. Através dessa participação colaborativa, onde os membros dividem as obrigações, tornam-se mais amplas as avaliações e decisões relacionadas à adequação dos produtos (FONSECA, 2009).

A garantia da qualidade orgânica via OCS é voltada a agricultores(as) familiares (com ou sem personalidade jurídica) que atuam na comercialização direta de sua produção. Seguindo as premissas técnicas da legislação, a garantia da qualidade orgânica se dá pela relação de confiança, comprometimento e transparência das pessoas que fazem parte do processo. A OCS deve estar adequadamente cadastrada nos órgãos fiscalizadores do governo federal, ademais, o produtor tem como dever autorizar a visita de consumidores ou órgãos fiscalizadores às unidades de produção (VRIESMAN *et al.*, 2012).

Além das modalidades de certificação apresentadas anteriormente, os agricultores(as) do estado de Minas Gerais podem ainda optar pela certificação de produtos de origem vegetal sem agrotóxico (SAT). A certificação é ofertada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) para o sistema livre de agrotóxicos em todas as suas fases. Segundo informações do IMA, para obtenção do selo os agricultores(as) passam por auditorias onde são checados os procedimentos que envolvem sua produção, entre eles: matéria prima, área de cultivo, armazenamento, instalações, higiene e comercialização dos produtos certificados.

As certificações são uma ferramenta importante na construção desses mercados, pois esses mecanismos oferecem uma maior garantia sobre qualidade dos produtos aos(as) consumidores(as) e ao mesmo tempo possibilita um processo de aprendizado e aproximação. Os sistemas participativos (SPG e OCS) podem dar outro sentido às relações de confiança e fortificar os circuitos curtos de comercialização em determinados territórios.

No próximo tópico serão apresentados os aspectos metodológicos que serviram de base para elaboração desta pesquisa.

METODOLOGIA

Esse trabalho é um estudo qualitativo e foi desenvolvido a partir de uma análise realizada com agricultores(as) que participam da feira Quintal Solidário, que é realizada desde setembro de 2016 na cidade de Viçosa-MG, situada na região da Zona da Mata.

O método de pesquisa pode ser definido como um estudo de caso. A obtenção de dados se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, que ocorreram no mês de novembro de 2018, durante as feiras, no seu próprio ambiente e em seus horários de funcionamento. Os dados foram tabulados em uma planilha eletrônica do programa Microsoft Office Excel. A análise de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica e comparação com estudos da área.

Foram entrevistados(as) oito feirantes, de um total de dez agricultores(as) que comercializam seus produtos (hortifrúti, alimentos processados e minimamente processados) no Quintal Solidário. Somente dois agricultores, que não compareceram à feira nas datas em que as entrevistas foram realizadas, ficaram de fora da amostra.

A realização da pesquisa aconteceu após sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com o número CAAE 99311318.4.0000.5153 em outubro de 2018. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado por todos os participantes deste trabalho.

Perfil dos Entrevistados

Os participantes da pesquisa, como já mencionado acima, são agricultores(as) que expõem seus produtos na feira Quintal Solidário. Para uma melhor visualização e interpretação dos resultados deste trabalho foi elaborado um quadro contendo uma breve identificação dos(as) participantes.

Quadro 1. Perfil dos Entrevistados

Entrevistado	Perfil
Entrevistado 01	Agricultora, reside em Viçosa-MG, participa do Quintal Solidário desde maio de 2017.
Entrevistado 02	Agricultor, reside em Coimbra-MG, a cidade fica a aproximadamente 20km de Viçosa, participa do Quintal Solidário desde o início da feira.
Entrevistado 03	Agricultora, reside em Teixeiras-MG, a cidade fica a aproximadamente 14km de Viçosa, participa do Quintal Solidário desde o início da feira.
Entrevistado 04	Agricultora, reside em Viçosa-MG, participa do Quintal Solidário desde março de 2017.
Entrevistado 05	Agricultor, reside em Porto Firme-MG, a cidade fica a aproximadamente 30km de Viçosa, participa do Quintal Solidário desde setembro de 2018.
Entrevistado 06	Agricultora, reside em Viçosa-MG, participa do Quintal Solidário desde o início da feira.
Entrevistado 07	Agricultor, reside em Viçosa-MG, participa do Quintal Solidário desde o início da feira.
Entrevistado 08	Agricultor, reside em Cajuri-MG, a cidade é situada a aproximadamente 17km de Viçosa, participa do Quintal Solidário desde setembro de 2017

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

O Quintal Solidário é uma feira destinada à exposição, comercialização e degustação de produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários e de agricultores(as) familiares de Viçosa e região. A feira acontece semanalmente, toda quarta-feira na sede da

Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV), e conta com a oferta de produtos artesanais, alimentos processados e hortifrútiis.

Para ingresso na feira, os empreendimentos econômicos solidários devem apresentar o Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL) e os agricultores(as) familiares devem apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A feira Quintal Solidário conta com uma comissão organizadora, que é composta por integrantes de entidades parceiras, 03 (três) representantes dos expositores(as), cada um(a) representa respectivamente os setores de artesanato, hortifrúti e alimentos processados, além de um profissional de apoio técnico à feira. Além disso, acontece mensalmente reuniões de avaliação e planejamento com os expositores(as) e comissão organizadora.

No período da pesquisa (2018), a feira contava com a participação de 07 empreendimentos econômicos solidários, além de grupos inseridos na Feira Agroecológica da Violeira e 10 representantes da Agricultura Familiar.

A pesquisa foi realizada com 08 agricultores(as) da feira Quintal Solidário e evidenciou características próprias das produções de agricultura familiar. De um total de 08 entrevistados(as), em apenas 01 unidade foi citada a utilização de mão-de-obra externa, através da realização de parcerias com vizinhos. Em todas demais unidades utiliza-se apenas a mão-de-obra familiar, que é característica central na organização familiar de produção.

A faixa etária dos entrevistados(as) é diversificada, porém, o grupo mais representativo encontrava-se entre a faixa etária de 25 a 35 anos, representando 05 pessoas do total de entrevistados.

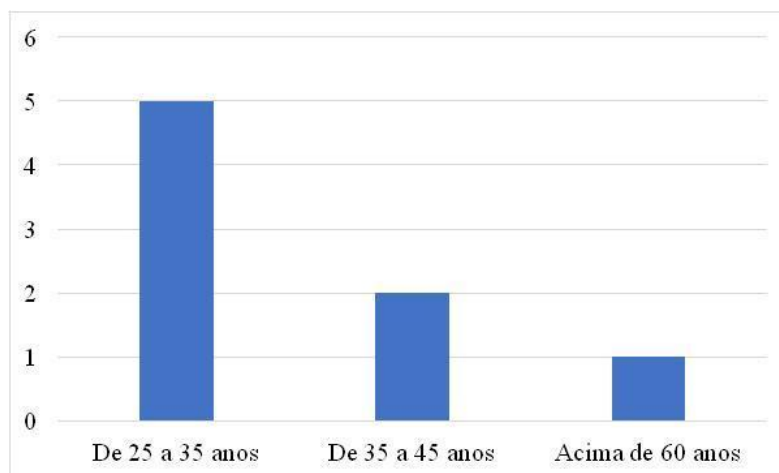


Gráfico 1. Faixa etária dos entrevistados. Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Se antes os jovens tendiam a abandonar a unidade produtiva, indo para a cidade na busca de empregos e/ou para continuarem seus estudos, através dos dados obtidos nas entrevistas pode-se constatar que optar pela realização de seus projetos de vida no meio rural tem se tornado uma realidade cada vez maior no caso estudado.

Um exemplo disso são 02 entrevistados que optaram por continuar seus estudos, deixando a princípio o campo, concluíram a graduação e decidiram continuar se especializando em áreas ligadas ao meio rural. Atualmente, retornaram ao campo e utilizam dos conhecimentos adquiridos para estruturar e expandir sua produção.



Gráfico 2. Grau de escolaridade dos entrevistados. Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

De acordo com os dados obtidos, ao observar a terra cultivada por esses agricultores(as), percebe-se que os mesmos não possuem propriedades muito extensas, totalizando o máximo de quatro hectares cada um.

Quadro 2. Tamanho da área cultivada.

Entrevistado	Tamanho da área cultivada
Entrevistado 01	1 hectare
Entrevistado 02	4 hectares
Entrevistado 03	1 hectare
Entrevistado 04	3 hectares
Entrevistado 05	1 hectare
Entrevistado 06	2000 m ²
Entrevistado 07	2000 m ²
Entrevistado 08	1 hectare

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Quanto aos produtos cultivados pelos agricultores(as) entrevistados, apenas uma agricultora cultiva frutas como a principal fonte de receita da unidade produtiva. Os demais entrevistados(as) desenvolvem atividades produtivas ligadas à olericultura (alface, cenoura, chuchu, repolho, tomate, couve, beterraba, dentre outros) como principal fonte de receita.

Todos os entrevistados(as) relataram que tiveram que aumentar sua produção após ingressar no Quintal Solidário. Segundo o entrevistado 07, o público do Quintal Solidário possui alta demanda por legumes, o que o levou a realizar um investimento na produção. Além disso, a entrada na feira contribuiu também para diversificação da produção. O entrevistado 02 citou como exemplo a produção de PANC (plantas alimentícias não convencionais).

Nos casos citados anteriormente fica evidente a importância do contato direto entre produtor e consumidor nas feiras, para que os agricultores(as) possam desenhar a sua produção de acordo com a existência de uma demanda de produtos diversificada.

No gráfico abaixo é apresentado o número de produtos cultivados pelos agricultores(as). O levantamento foi realizado a partir das fichas de cadastros dos expositores(as), entregues à comissão organizadora da feira.

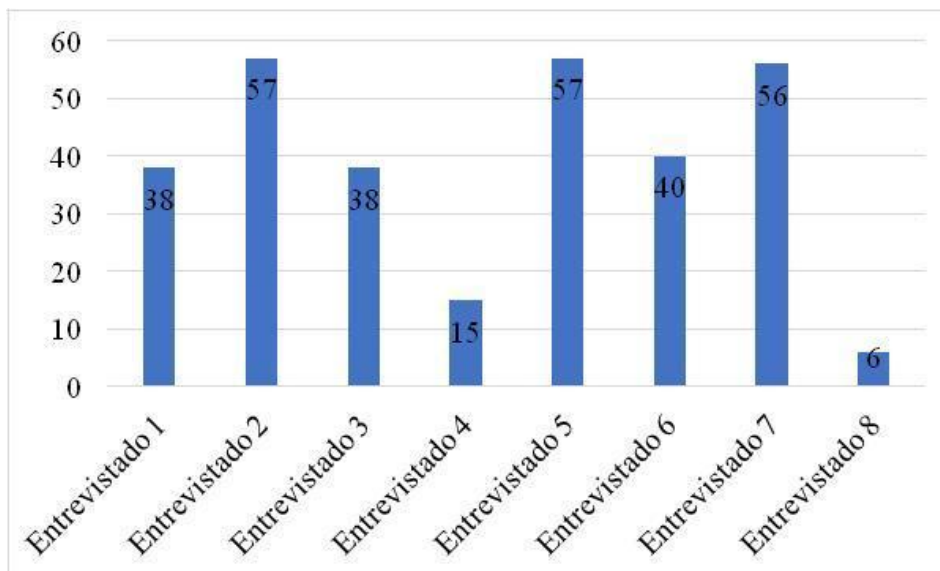


Gráfico 3. Número de produtos cultivados pelos agricultores/as (levantamento realizado a partir das fichas de cadastro dos expositores/as). Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Os números de produtos cultivados demonstram que mesmo em pequenas áreas cultivadas (como demonstrado no Quadro 2), os agricultores(as) são importantes para a economia agroalimentar. Assim, a agricultura familiar se torna um segmento de grande importância econômica e social para a produção de diversos itens essenciais da alimentação humana (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

De acordo com levantamento realizado durante o ano de 2018 em visita às propriedades dos agricultores/as que expõem no Quintal Solidário, são cultivadas cerca de 180 variedades de produtos. Segundo Nodari e Guerra (2015), a diversidade de produção possui função essencial na agroecologia, pois permite a utilização de práticas ecológicas associadas aos policultivos ou cultivos consorciados. Outro ponto importante diz respeito à garantia de certa estabilidade de renda durante o ano aos agricultores(as), pois reduz a dependência de produtos sazonais.

Alguns agricultores(as) comercializam ainda produtos processados, como por exemplo, doces de goiaba, banana e limão, e/ou minimamente processados, como mandioca, moranga e cana descascadas.

Segundo Gomes et al. (2005) os produtos minimamente processados são aqueles prontos para consumo, ou seja, que passaram por operações como descascamento, corte, acondicionamento em embalagens apropriadas à manutenção do produto em seu estado fresco, etc.

No Brasil, o consumo desses produtos tem crescido por causa de sua praticidade, além da possibilidade de maior aproveitamento desses vegetais. Assim, torna-se uma alternativa para que os agricultores(as) possam agregar valor aos seus produtos agrícolas. (GOMES et al, 2005)

Todos(as) os expositores(as) entrevistados(as) consideram sua produção orgânica ou agroecológica. Quando questionados sobre o que pensam sobre a prática da agricultura agroecológica, os expositores(as) destacaram que a não utilização de agrotóxicos em sua produção é essencial para saúde de todos, tanto dos produtores(as) como dos consumidores(as). Na visão do Entrevistado 02 “todos deveriam caminhar para esse molde de produção”.

Na visão da Entrevistada 04, as pessoas têm se preocupado cada vez mais com o consumo de alimentos mais saudáveis, o que incentiva a prática da agricultura orgânica ou agroecológica por parte dos agricultores(as). Para Hinterholz e Ribeiro (2011, p. 5) “A massificação e a uniformização generalizada dos alimentos que o mercado impôs, contrapõe-se, atualmente, com a crescente orientação da procura pelos consumidores por produtos diferenciados”.

Quando questionados se sua produção possuía certificação para comercializar seus produtos como "orgânicos", 3 dos entrevistados(as) responderam que sim, enquanto 4 estão passando por algum processo de obtenção da certificação e apenas 1 entrevistado não possui e não está passando por nenhum processo de obtenção da certificação.

Quanto às formas de obtenção da certificação, em geral, os agricultores(as) que não estão vinculados a nenhuma organização coletiva (cooperativa, associação, grupo informal) optam pela Certificação por Auditoria, contando geralmente com o apoio da Secretaria de Agricultura do município de Viçosa-MG.

Por sua vez, os agricultores(as) vinculados a alguma organização coletiva buscam obter a certificação via Organizações de Controle Social (OCS), sendo a Rede Raízes da Mata a principal propulsora na obtenção deste tipo de certificação no município Viçosense. A Rede Raízes da Mata é composta por agricultores(as) familiares e Empreendimentos Econômicos Solidários de Viçosa e região, foi criada em 2011 com a ideia de aproximar produtoras (ES) e consumidoras(es), fortalecendo relações solidárias, o consumo responsável e a produção sustentável.

No período da pesquisa, a Rede Raízes da Mata estava avançado na discussão com os agricultores(as) para a criação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) na região, buscando possibilitar a comercialização de produtos que não seja somente através da venda direta, ou seja, os produtos também poderão ser vendidos nos mercados convencionais, entre outros locais, a partir do selo “Orgânicos Brasil”.

Quando questionado aos entrevistados(as) quais os principais desafios para se obter a certificação, todos apontaram o processo como muito burocrático. Segundo o entrevistado 08, que está em processo de obtenção da certificação, existe uma dificuldade imensa para se encontrar insumos adequados à sua produção, e tem “esbarrado” sempre na análise de qualidade da água.

Segundo a entrevistada 03, o fato de sua vizinhança utilizar agrotóxicos na produção se apresenta como a principal barreira para que busque a certificação. Cabe ressaltar que *pelo regulamento da Lei Orgânica, que consta no decreto 6.323, é permitido o cultivo paralelo de orgânicos e não orgânicos, desde que as plantações estejam claramente separadas, para evitar o risco potencial de contaminação com materiais e substâncias cujo uso não esteja autorizado*

para a produção orgânica, tanto na produção, como na colheita, beneficiamento, armazenamento e transporte.

Através das entrevistas foram levantados com os agricultores(as) os principais desafios da produção agroecológica. Em geral, os agricultores(as) apontaram a falta de mão-de-obra para manejo do sistema produtivo, visto que se utilizam da plantação consorciada e caldas, além da comercialização.

Na visão da entrevistada 01, apesar dos avanços, ainda falta conhecimento da população sobre o produto agroecológico. O entrevistado 08 complementa tal afirmação em sua resposta: *“existe uma desvalorização do produto agroecológico, assim a gente acaba tendo que vender a preço do convencional”*.

As feiras livres representam um importante destino para a produção de base agroecológica. A comercialização local, por meio da feira Quintal Solidário é uma das principais fontes de obtenção e complemento da renda para os agricultores(as) e suas famílias.

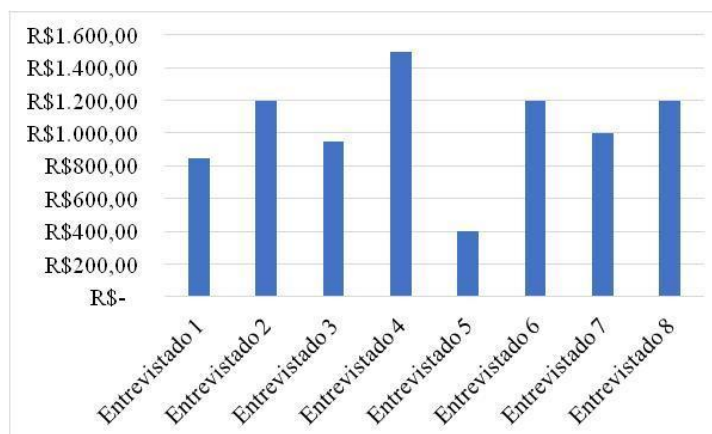


Gráfico 4. Valor médio mensal da receita obtida através da comercialização no Quintal Solidário. Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Analisando os dados, tem-se uma média de retirada de pouco mais R\$ 1.000 mensais, variando entre R\$ 400 a R\$ 1500. Pode-se observar uma relação direta entre o tempo que o

expositor(a) participa da feira e sua renda, visto que os expositores(as) com melhor resultado participam do Quintal Solidário desde o início da feira. Tal fato pode ser explicado devido à relação de confiança estabelecida entre produtor e consumidores(as).

Para Araújo (2015), as feiras da agricultura familiar possuem função essencial para as famílias que sobrevivem da agricultura, pelo fato de serem boas estratégias de comercialização direta, além de serem mais justas para os agricultores(as), já que são espaços que favorecem a valorização da produção.

É importante ressaltar que todos(as) agricultores(as) possuem pelo menos mais um canal para comercialização direta de seus produtos, como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 2. Canais de comercialização utilizados pelos agricultores/as da feira Quintal Solidário.

Canais de Comercialização	Nº de agricultores/as que utilizam tais canais
Vendas na propriedade	4
Entrega de cestas em domicilio	5
Mercado Institucional (PNAE)	3
Restaurantes, lanchonetes, lojas especializadas.	2
Mercearias	3

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Além disso, parte dos agricultores(as) possuem outras fontes de receita que não as advindas das unidades produtivas, obtidas através do trabalho assalariado, prestação de consultorias, aposentadoria, dentre outras. Nesse sentido foi questionado aos agricultores(as) qual o percentual da renda mensal de sua família advinha da comercialização dos produtos no Quintal Solidário, as respostas obtidas podem ser analisadas no gráfico abaixo.

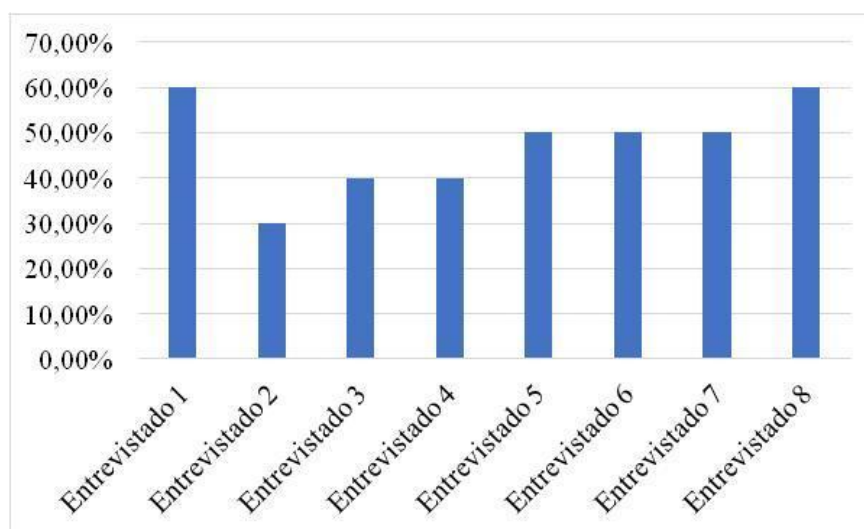


Gráfico 5. Percentual da renda que advém da comercialização dos produtos no Quintal Solidário. Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Cerca de 63% dos entrevistados possui pelo menos metade de sua renda advinda da comercialização no Quintal Solidário. Dos demais entrevistados, dois não residem no município de Viçosa e possuem outros canais de venda direta de seus produtos, como a entrega cestas, a outra expositora relatou que seu marido comercializa em outra feira que acontece em horário simultâneo ao Quintal Solidário, da qual se origina a maior porcentagem de renda da família.

Na visão de todos(as) entrevistados(as) a feira Quintal Solidário contribui efetivamente para o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Segundo a entrevistada 01, o Quintal Solidário foi importante para ela em todos os sentidos: “o Quintal foi meu primeiro espaço de comercialização, o que me motivou a continuar com minha produção, foi aqui que estabeleci meus contatos com outros consumidores e aprendi mais sobre o manejo de produção com outros agricultores”.

Tendo em vista a percepção de todos os feirantes entrevistados, os espaços das vendas não são apenas canais de comercialização, mas são também espaços de socialização e aprendizagem com relação às novas práticas produtivas e culturais. Nessa perspectiva, pode-se relacionar o caso estudado à experiência da Ecovida, uma rede de agroecologia criada em 1998

na região sul do Brasil, que possui a perspectiva de reinserir agricultores familiares em mercados, comercializando diretamente ou com o mínimo de intermediação. A organização social dessa rede busca favorecer relações de reciprocidade, trocas de experiências e formas de cooperação. Assim, corrobora-se que a preparação de feiras, a reunião de grupos e a participação em encontros regionais de articulação são fundamentais para a construção da identidade comum dessas pessoas (ROVER e LAMPA, 2013).

Um ponto relevante deste estudo diz respeito à melhoria na qualidade de vida das famílias envolvidas na feira. Os principais fatores que levam os expositores(as) a crerem que o Quintal Solidário contribui efetivamente para melhoria da qualidade de vida dos envolvidos são a renda e o acesso a produtos de qualidade. De acordo com o entrevistado 08, o Quintal Solidário possui uma diversidade muito grande de produtos, assim pode adquirir na feira alimentos saudáveis que não produz.

Por fim, através da realização do Quintal Solidário tem-se reduzido o distanciamento entre a cidade e o campo, entre agricultor e consumidor, e estimulado a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização, o que traz inúmeros benefícios para todos envolvidos neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste estudo pode-se perceber que a dificuldade de comercialização ainda é um problema encontrado pelos agricultores(as). Através da entrada no Quintal Solidário os agricultores(as) obtiveram um representativo aumento da renda, por meio da ampliação da produção e das vendas, o que nos deixa evidente a importância da implementação dos mercados com venda direta para os agricultores(as) familiares.

Um dos aspectos mais relevantes do estudo é a preocupação dos agricultores em oferecer produtos sem a utilização de agrotóxicos em seu processo produtivo, assegurando aos consumidores o acesso regular a alimentos de qualidade.

Levando em consideração os aspectos que foram abordados sobre a feira Quintal Solidário, podemos concluir que a mesma se apresenta como espaço de referência quanto a

geração de renda e troca de experiências entre os agricultores(as), além de promover e fomentar ações que fortaleçam a produção, comercialização e consumo de produtos agroecológicos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

ASSIS, R; L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, p. 67-80, 2002.

BUSARELLO, C. S.; WATANABE, M. **Agricultura familiar e informalidade: uma contribuição teórica**. Criciúma: UNESC, 2014.

CANUTO, J. C. Agroecologia, princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 2, p. 137-151, 2017.

CASSOL, A. P.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua nova - revista de cultura e política**, n. 95, p. 143-177, 2015.

DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores**. Curitiba: Kairós, 2013.

DE ANDRADES, T. O; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43-56, 2007.

DE CARVALHO, S. M.; DA COSTA, I. B. Hoje é dia de feira – os caminhos da agroecologia no âmbito da política municipal de abastecimento da cidade de Curitiba, Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 133, p. 97-112, 2018.

DUBEUX, A.; BATISTA, M. P. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 2, p. 227-249, 2017.

FEIDEN, A. **Agroecologia: introdução e conceitos**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

FONSECA, M. F. A. C. **Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

GOMES, C. A. O. *et al.* **Hortalças minimamente processadas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, Rio de Janeiro, 2005.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, 2007.

HINTERHOLZ, B.; RIBEIRO, V. de M. Feira agroecológica: uma alternativa para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar orgânica no município de Medianeira-PR: o caso da AAFEMED. **Synergismus scyentifica**, v. 6, n. 1, 2011.

LELIS, J. L. *et al.* Vínculos de sociabilidade e relações de trocas entre feirantes de Viçosa, MG. **Gerar – Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Realidades**, p.1-22, 2017.

Disponível em:

<http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/VINCULOS%20DE%20SOCIALIZABILIDADE%20E%20RELACOES%20DE%20TROCAS%20ENTRE%20FEIRANTES%20DE%20VI%20CASA%20MG.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, 2017, p. 53.

NETO, M. **Agroecologia e movimentos sociais**: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 2014. 202f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, São Paulo. 2014.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. *In*: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. v. 1. Curitiba: Kairós, 2013, p. 23-6.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p.22-25, 2013.

SANTOS, C. F. *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. *In*: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 215-265.

SEVILLA, E. G. *et al.* Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Córdoba: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2012.

VRIESMAN, A. K. *et al.* Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 138-149, 2012.

Artigo recebido em 29 de junho de 2020.

Artigo aprovado em 15 de dezembro de 2021.